



O campeonato dos genéricos

Paulo Cleto Duarte

A meta fixada para os genéricos parece impossível. As farmácias trabalham todos os dias para ganhar esse desafio

No universo dos medicamentos sem patente protegida, sete em cada dez comprimidos consumidos pelos portugueses já são genéricos. Este é o resultado da confiança dos portugueses e de anos de trabalho dos seus médicos, farmácias, indústria farmacêutica e autoridades de Saúde.

A vantagem dos medicamentos genéricos é serem iguais aos outros, mas mais baratos. Oferecem poupanças colossais: 2,5 mil milhões de euros nos últimos cinco anos. Este dinheiro dá para cobrir os encargos totais, para o Estado e as famílias, de um ano inteiro de medicamentos à população.

Em 2016, no entanto, o mercado parou de crescer. Parecia ter atingido um ponto de saturação. O Estado e as farmácias, que foram pioneiras na defesa dos genéricos em Portugal, poderiam ter-se conformado. Não faltavam argumentos: os números já eram bons e faziam agradável figura nas estatísticas internacionais. Ninguém acharia estranho que se dissesse, em português corrente: “Santa paciência, tudo tem um limite.” Haverá sempre doentes a optar pelos fármacos originais, aos quais se habituaram e lhes garantem resultados.

O ministro da Saúde preferiu outra linguagem. Anunciou um regime de incentivos às farmácias pela dispensa



de medicamentos genéricos. E fixou um objectivo para essa política: pela primeira vez, o mercado dos medicamentos genéricos deveria atingir uma quota superior a 50% no mercado de medicamentos comparticipados.

Este objectivo parece impossível, porque os medicamentos de patente protegida são e serão sempre indispensáveis para milhões de portugueses. Aliás, o Estado tem usado as poupanças com os genéricos para investir no acesso da população à inovação terapêutica. Ora, esse esforço, que salva vidas, torna ainda mais difícil a meta dos 50% mais um de medicamentos genéricos.

O novo regime entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2017 e foi recebido com desconfiança inicial por alguns

Os primeiros resultados provam que, desta vez, a política está certa. A quota começou nos 47,1% e já vai nos 47,7%



farmacêuticos e as suas equipas. O sector está saturado de anos e anos de medidas de austeridade sem critério nem racionalidade, que levaram à falência muitas farmácias com décadas de serviço à comunidade. Por outro lado, o incentivo de 35 cêntimos por embalagem de genéricos dispensada não cobre a perda de receitas da farmácia, que é de 39 cêntimos, de acordo com os dados do próprio Estado,

que se acautelou ainda com um regime de devoluções. Os primeiros resultados provam que, desta vez, a política está certa. A quota começou nos 47,1% e já vai nos 47,7%. Isto significa, só no primeiro trimestre, uma poupança adicional de dois milhões de euros por parte das famílias, que deverá atingir oito milhões de euros no final do ano. E a despesa do Estado com medicamentos não aumentou, contrariando as projecções pessimistas de quem confunde os conceitos de “incentivo” e “prejuízo”.

Vale a pena ter ambição, se lhe soubermos corresponder com trabalho e não deixarmos para os outros o que poderá estar ao nosso alcance. A meta fixada para os genéricos parece impossível. Por isso, as farmácias estão a trabalhar todos os dias para ganhar esse desafio.

Presidente da Associação Nacional das Farmácias